SUMÁRIO ANALÍTICO

Capítulo 1

A INVESTIGAÇÃO EM AMBIENTES ABERTOS ANTES DA LEI 23

1.1 O vazio normativo e as analogias disponíveis 23

1.2 As quatro incertezas 24

1.3 A chegada da cadeia de custódia ao Código de Processo Penal 25

1.4 O percurso legislativo 26

1.5 O que a lei respondeu e o que deixou em aberto 27

Capítulo 2

O QUE A LEI CRIOU E O QUE ELA NÃO CRIOU 29

2.1 O que a lei criou 30

2.2 O que a lei não criou 31

2.3 Uma demonstração e um cuidado de método 33

2.4 Cinco perguntas que a prática já formulou 33

2.5 O que não é ronda virtual 35

2.6 Quem executa a ronda 37

Capítulo 3

PANORAMA DA LEI Nº 15.487, DE 2026 39

3.1 O novo conceito de material de violência sexual 40

3.2 A majorante do mascaramento e a ressalva que a salva .. 42

3.3 O reforço protetivo à vítima 42

3.4 Prisão preventiva e hediondez 43

3.5 Os tipos penais alterados 44

3.6 Uma advertência sobre remissões 44

Capítulo 4

AMBIENTE DIGITAL PÚBLICO 47

4.1 As zonas cinzentas 48

4.2 O que o auto precisa demonstrar 50

4.3 Notas de direito comparado 50

4.4 Quatro casos-problema 52

Capítulo 5

NATUREZA JURÍDICA DA RONDA VIRTUAL 55

5.1 Consequências práticas do enquadramento 56

5.2 A tese contrária, e por que ela tem alguma força 57

5.3 Meios de prova e meios de obtenção de prova 58

5.4 A expectativa de privacidade como critério 59

5.5 Uma nota necessária sobre competência 60

ESTUDO DIRIGIDO DA PARTE I 63

Capítulo 6

CADEIA DE CUSTÓDIA POR DETERMINAÇÃO LEGAL 65

6.1 O vestígio digital e o problema da transposição 65

6.2 Quadro de tradução, elo a elo 66

6.3 O isolamento possível 68

6.4 Três pontos de atrito com o texto do Código 69

6.5 Quando o código de integridade não confere 70

6.6 Os elos esquecidos: transporte, recebimento e armazenamento 71

6.7 Reconstruindo o percurso em juízo 72

6.8 O perito, o assistente técnico e a divisão de papéis 73

Capítulo 7

FIXAÇÃO E INTEGRIDADE: COMO SE DOCUMENTA O QUE NÃO SE PODE TOCAR 75

7.1 A fixação e o que ela precisa capturar 75

7.2 O que o código de integridade demonstra, e o que ele não demonstra 76

7.3 Metadados: informação útil e armadilha frequente 77
7.4 Reforços de documentação e seus limites 78
7.5 Listas de referência e bancos de códigos 80
7.6 Um erro de método que merece nome 81

Capítulo 8

O PADRÃO PROBATÓRIO EXIGIDO PELOS TRIBUNAIS 83

8.1 A chave de conciliação: proporcionalidade metodológica . 83
8.2 O regime documental e o seu limite 85
8.3 A trilha verificável 86
8.4 As teses consolidadas em 2026 87
8.5 O que muda quando a coleta é em ambiente aberto 88
8.6 Como a prova se sustenta em audiência 89
8.7 O que perguntar ao perito 90
8.8 Integridade não é materialidade 91

Capítulo 9

NULIDADES E INVALIDADE DA PROVA DIGITAL 93

9.1 Prova ilícita e prova irregular 93
9.2 A quebra da cadeia de custódia: duas correntes 94
9.3 Nulidade absoluta, relativa e o ônus da impugnação 96
9.4 As cinco falhas prováveis e seus efeitos 97

9.5 O argumento que a acusação deve ter pronto 98

9.6 Quadro-síntese das falhas e de seus efeitos 98

9.7 A consequência que não está nos autos 99

Capítulo 10

REQUISIÇÃO DIRETA A PROVEDORES E CONTROLE EM 48 HORAS 101

10.1 O que já existia antes da lei 102

10.2 A inovação real 103

10.3 O que continua sob reserva de jurisdição 104

10.4 O controle em 48 horas 105

10.5 A vedação de desvio de finalidade 106

10.6 O dado cadastral não é autoria 107

10.7 Roteiro decisório da urgência 108

10.8 Como se redige a fundamentação da urgência 109

ESTUDO DIRIGIDO DA PARTE II 111

Capítulo 11

MINIMIZAÇÃO E DADOS DE TERCEIROS 113

11.1 O fundamento que não depende do debate sobre a LGPD 113

11.2 Quatro situações e quatro respostas diferentes 114

11.3 A circulação interna como revitimização 115

11.4 O excesso de dados também prejudica a investigação 116

11.5 Retenção, prazo e destino do material 116

11.6 Minimização e o volume das grandes coletas 117

11.7 Compartilhamento entre procedimentos 118

Capítulo 12

DO AUTO AO RELATÓRIO 121

12.1 Auto de ronda virtual 121

12.2 Requisição direta e comunicação em quarenta e oito horas 122

12.3 Termo de segregação e minimização 123

12.4 Relatório final 124

12.5 Lista de conferência anterior ao relatório 124

12.6 Cinco casos-problema comentados 125

12.7 Estrutura comentada do relatório final 127

12.8 Erros de redação que enfraquecem o auto 128

12.9 Linha do tempo da diligência 129

Capítulo 13

A RONDA VIRTUAL E A VÍTIMA 131

13.1 A prioridade de identificação 131

13.2 O sistema de garantia de direitos e a escuta 132

13.3 A revitimização que ocorre dentro da instituição 133

13.4 A vítima que já é adulta 134

13.5 O regime de remoção depois de 2025 134

13.6 Quando o autor é adolescente 136

13.7 O investigador também é atingido 136

13.8 Fluxo de acionamento da rede de proteção 137

Capítulo 14

PROVEDORES ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL 139

14.1 A coleta não depende de cooperação 139

14.2 A lei brasileira e o provedor estrangeiro 140

14.3 A preservação vem primeiro 141

14.4 As vias de cooperação 142

14.5 Notificações internacionais e a rede de proteção 142

14.6 O que registrar quando há elemento estrangeiro 143

14.7 Quatro perguntas frequentes 143

Capítulo 15

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E MATERIAL SINTÉTICO 145

15.1 O primeiro erro a evitar: presumir 145

15.2 A perícia de autenticidade e seus limites 146

15.3 O debate sobre a ofensividade, exposto por inteiro 147

15.4 A manipulação de imagem de criança real 148

15.5 A inteligência artificial do lado da investigação 148

Capítulo 16

FORMAÇÃO, GOVERNANÇA E CONTROLE INSTITUCIONAL 151

16.1 O normativo interno e o que ele precisa definir 151

16.2 Designação e formação da equipe 152

16.3 O cuidado com quem executa 153

16.4 Controle interno e auditabilidade 153

16.5 O que medir 154

16.6 A articulação entre as instituições 155

16.7 Implantação em noventa dias 155

Capítulo 17

A AGENDA DOS PRÓXIMOS ANOS 157

17.1 As dez questões em aberto 157

17.2 O que este livro pode ter errado 159

17.3 O que decidirá o destino do instituto 160

ESTUDO DIRIGIDO DA PARTE III 163

SIMULAÇÕES COMENTADAS 165

PEÇA MODELO: RESPOSTA À ALEGAÇÃO DE NULIDADE 171

QUESTÕES COMENTADAS 173

ANEXOS 181

Anexo I. Quadro de correspondência entre dispositivo e ponto de documentação 181

Anexo II. Auto de ronda virtual..... 183

Anexo III. Requisição direta e comunicação ao juízo..... 186

Anexo IV. Termo de segregação e minimização 188

Anexo V. Lista de conferência anterior ao relatório..... 189

Anexo VI. Determinação de instauração de ronda virtual..... 190

Anexo VII. Requerimento cautelar de guarda de registros..... 191

Anexo VIII. Quadro comparativo: ronda virtual, infiltração e interceptação 192

Anexo IX. Glossário 193

Anexo X. Roteiro de treinamento de oito horas..... 196

Anexo XI. Estrutura do relatório final 197

Anexo XII. Comunicação ao juízo da requisição direta..... 199

Anexo XIII. Termo de acesso a material custodiado 200

Anexo XIV. Folha de controle do procedimento 201

Anexo XV. Representação por busca e apreensão a partir de ronda virtual..... 202

NOTA SOBRE O USO PROFISSIONAL DOS MODELOS.... 205

APÊNDICE. QUADRO DE PRAZOS E CONTROLES..... 207

ÍNDICE DE DISPOSITIVOS CITADOS 209

FONTES NORMATIVAS E MATERIAIS CONSULTADOS.... 213

POSFÁCIO: POR QUE UM LIVRO DE DOUTRINA TERMINA EM FORMULÁRIOS 215